



A ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: o caso da Universidade Federal do Ceará

ZILSA MARIA PINTO SANTIAGO¹

O trabalho trata da problemática da acessibilidade de pessoas com deficiência na universidade na perspectiva do conhecimento e do espaço físico. Tem como objetivo apresentar algumas ações que estão sendo realizadas no âmbito da Universidade Federal do Ceará, por meio da *Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui* tendo como base de apoio a realização de trabalhos de pesquisa e extensão. No que se refere à acessibilidade física, são realizadas vistorias técnicas, análise dos projetos e ao final são elaborados relatórios apresentando diagnóstico e recomendações que possam servir de apoio às discussões de projetos e adequações das edificações e vias.

Palavras-chave: Políticas públicas. Acessibilidade. Ensino superior.

The work deals with the problem of accessibility for people with disabilities at the university from the perspective of knowledge and space. Aims to present some of the actions being undertaken under the Federal University of Ceará, through the UFC Includes Secretariat Accessibility support based on the carrying out of research and extension. With regard to physical accessibility, inspections are conducted technical analysis of projects and final reports are prepared showing diagnosis and recommendations that may serve to support discussions of projects and adjustments to buildings and roads.

Key-words: Public policies. Accessibility. Higher education.

¹ Mestre. Universidade Federal do Ceará. zilsasantiago@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre a cidadania não é um fato novo. É sim fato novo a prática desta cidadania partindo da escola, ou mesmo da comunidade escolar e com o apoio dos movimentos sociais de inclusão, principalmente no que diz respeito aos direitos da pessoa com deficiência e da prática de um ensino na diversidade. Como diria Sasaki, a inclusão social é

[...] o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. Sasaki (1997, p. 41)

A escola, enquanto espaço social deve, portanto, apresentar condições de acessibilidade a todos, inclusive pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, além de prover uma educação de qualidade a todas as crianças, modificar atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras. Existe um caminho a ser percorrido, contudo, a organização da sociedade e as administrações escolares inseridas em um novo contexto apoiadas pelo Sistema Educacional e Ministério Público podem transformar a situação de exclusão e gerir uma cultura inclusiva.

E quando chegamos ao patamar do ensino superior, o que acontece? Que condições existem para receber pessoas com deficiência na universidade?

A problemática da acessibilidade de pessoas com deficiência na universidade numa visão mais ampla vem sendo discutida na Universidade Federal do Ceará (UFC) e trabalhada pontualmente pelas diversas unidades administrativas e de ensino, na perspectiva do conhecimento, das atitudes e do espaço físico.

Neste artigo, abordaremos alguns aspectos da política de acessibilidade e ações que estão sendo realizadas no âmbito da Universidade Federal do Ceará, por meio da *Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui* tendo como base de apoio a realização de trabalhos de pesquisa, ensino e extensão, perpassando por todas as áreas e setores da universidade.

De forma mais específica, trataremos da área relativa à acessibilidade física, onde as atividades estão relativamente iniciando num processo de construção de uma



cultura de inclusão a fim de incorporar parâmetros de acessibilidade na realização de obras e reformas, bem como de novos projetos.

2. ACESSIBILIDADE COMO FATOR DE INCLUSÃO

Ações realizadas pelo poder público em relação ao atendimento às pessoas com deficiência física, visual, auditiva e mental no Brasil, até os anos 60, abstraíram o conteúdo educacional da questão e contemplaram, basicamente, a problemática social e da saúde, culminando com ações assistencialistas ou de reabilitação. As primeiras iniciativas de atendimento aos deficientes no Ceará partiram de atitudes isoladas ou de pequenos grupos e organizações de pessoas que não contavam com o apoio do poder público. Conforme Leitão (1997),

[...] A criação destas entidades especializadas no atendimento aos portadores de deficiência visual, mental, auditiva e física no Ceará foi possível, (...) na medida em que se aliou aos desejos de indivíduos ou grupo de indivíduos, o conhecimento especializado, a assimilação de saberes específicos que passam a esclarecer alguns mitos construídos em torno dos intitulados deficientes e fornecem as bases para uma ação terapêutica ou educacional, embora que ainda de caráter assistencial, segregativo e pouco eficiente. No entanto, essas entidades surgidas nesse período histórico representaram significativos avanços, oferecendo àqueles indivíduos melhores condições de vida e a possibilidade de uma desejável integração social.

A questão educacional das pessoas com deficiência, tratados como “portadores de necessidades especiais educativas”, termo discutível, não veio acompanhada de imediato de estudos de adequação e adaptações do ambiente físico.

Segundo Mazzotta (apud GODOY, 2002), é fundamental que se entenda que o sentido de integração “pressupõe a ampliação da participação nas situações comuns para indivíduos e grupos que se encontram segregados” e que o princípio da inclusão, ou da não-segregação, significa que “nem todo portador de deficiência necessita de recursos educacionais especializados, devendo, neste caso, estar na escola regular desde o início de sua escolarização”.

Reforçando esta idéia, Glat (1995), considera que o grupo de pessoas portadoras de deficiência física não constitui, tradicionalmente, como clientela da Educação Especial. Neste sentido, a inclusão é facilitada pela acessibilidade física nos espaços escolares, não sendo necessário nenhum outro tipo de assistência especial



ao aluno que tenha dificuldade de locomoção (usuário de cadeira de rodas, muletas, andador, ou pessoa com perna mais curta, ou outro tipo de deficiência física).

Neste sentido, temos dois problemas imbricados, tanto a dificuldade e a iniciativa tardia do poder público no trato das condições de educação de pessoas com deficiência, quanto à falta de acessibilidade ao meio ambiente físico construído. O que resulta numa situação em que dificilmente encontraríamos uma pessoa com deficiência visual, com surdez ou até mesmo em cadeira de rodas transitando nas salas de aula da universidade.

A acessibilidade nos espaços da universidade e de um modo geral, nos espaços públicos de Fortaleza vem sendo discutida há bem pouco tempo em fóruns, seminários, audiências na Câmara Municipal, na Assembléia Legislativa, dentre outros eventos, tendo os movimentos e associações de pessoas com deficiência, com o apoio do Ministério Público, como impulsionadores destes eventos. O governo do Estado deu um passo importante com a elaboração e divulgação, junto aos prefeitos municipais, entidades, associações e a sociedade em geral, do *Guia de Acessibilidade: espaço público e edificações*, publicado em 2009.

3. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA UFC

O corpo docente, discente e técnico da Universidade Federal do Ceará vinha de forma pontual trabalhando esta questão em projetos de extensão, de pesquisa, cursos de especialização, dentre outros, há aproximadamente uma década, contudo, foi em novembro de 2009, em atendimento à legislação brasileira, o Magnífico Reitor da UFC criou a Comissão Especial de Educação Inclusiva – CEIn, responsável pela proposição de políticas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiências na universidade.

Com uma composição de professores, técnicos e alunos de diversos setores da universidade, sob a coordenação da Professora Dr^a. Vanda Leitão, a Comissão apresentou documento que versa sobre acessibilidade na Universidade Federal do Ceará (UFC), compreendendo o termo como o direito de eliminação das mais diversas formas de barreiras para o acesso aos ambientes físicos e virtuais, aos meios de



informação e comunicação, ao conhecimento constituído historicamente pelos grupos humanos, dentre outros. O documento tem o objetivo de propor políticas de acessibilidade a serem adotadas, para a inclusão de pessoas com deficiência nesta Instituição de Ensino Superior (IES)².

A proposta inicial deste documento foi a criação de uma estrutura administrativa que denominada *Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui*, sendo criada pelo Conselho Universitário (CONSUNI) em 30 de agosto de 2010.

Esta Secretaria tem as atribuições de elaborar, executar e gerenciar ações na área de acessibilidade; oferecer suporte às unidades acadêmicas e administrativas para a efetivação da acessibilidade na UFC; além de estimular o desenvolvimento de uma cultura inclusiva.

A sua atuação abrange vários eixos: pedagógico, atitudinal, arquitetônico e tecnológico. Desenvolvendo ações prioritárias, ações de médio e longo prazo.

4.1. Ações referentes à acessibilidade física nos campi da UFC

Ao se abordar questões concernentes a inclusão ou acessibilidade de pessoas com deficiência, é senso comum a referência imediata aos aspectos relativos às barreiras arquitetônicas, talvez por serem as mais visíveis. É importante, entretanto, destacar o fato de que as barreiras enfrentadas por essas pessoas são múltiplas, a começar pelas atitudes inadequadas manifestas pelas pessoas em geral. É razoável supor que tais atitudes resultem de desconhecimento acerca dessas diferenças, muito embora se reconheça nesse pressuposto intensiva carga preconceituosa, resultante certamente de uma elaboração sócio-histórica da deficiência que carrega o peso do estigma.

Vale ressaltar, ainda, que as barreiras arquitetônicas e atitudinais se estendem às de natureza linguística, quando a Universidade depara o ingresso de um servidor ou aluno surdo em seu quadro de funcionários e nas salas de aula, respectivamente. A barreira linguística é expressa na impossibilidade de interação, por serem pessoas que, por suas diferenças resultantes da surdez, se utilizam de um sistema linguístico

² LEITÃO, Vanda Magalhães. et. al. Políticas de Acessibilidade da UFC – Propostas. Fortaleza, 2010.



visuogestual (no Brasil, a Libras), quase absolutamente desconhecido e por vezes desqualificado em seu valor linguístico.

A acessibilidade física é hoje uma necessidade básica para que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, possam desenvolver atividades da vida cotidiana com autonomia e mobilidade, bem como usufruir dos espaços com segurança e comodidade. O aspecto importante da acessibilidade física é ser um facilitador da inclusão das pessoas com deficiência.

Atualmente, a UFC conta com 265.628,00 m² de área construída em Fortaleza, distribuída em três áreas: Pici, com 118.776,00 m², Benfica, com 73.600,00 m² e Porangabuçu, com 66.197,00 m², algumas unidades dispersas que somam mais de 7.000,00 m², sem dimensionar os novos campi do interior. Além disso, conta, nos três terrenos, com área urbanizada de 218.410,00 m². Tem, portanto, o grande desafio de dar continuidade à universalização da acessibilidade, adequando seus edifícios e implementando nos novos o conceito do Desenho Universal, obedecendo à legislação vigente, eliminando as barreiras arquitetônicas e proporcionando a todos os usuários, sejam alunos, servidores ou visitantes, o acesso e a livre circulação.

Como instrumento de verificação das condições de acessibilidade na Universidade, utilizou-se o levantamento de necessidades no acervo da antiga Superintendência de Obras e Planejamento (PLANOP), dados resultantes da realização de vistoria da Comissão de Acessibilidade do Sistema de Bibliotecas da UFC, como também indicadores levantados por membros da CEIn juntamente com alunos bolsistas dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Enfermagem, Pedagogia e de um aluno usuário de cadeira de rodas do curso de Bacharelado em Química. Estes trabalhos são compostos de observações *in loco*, tendo o trabalho realizado pelos alunos de Arquitetura e Urbanismo ensejado relatórios do diagnóstico dos espaços de acesso às várias unidades da UFC, localizadas na área do Benfica. Estes relatórios são compostos de anotações das visitas aos locais determinados, com registro fotográfico dos pontos considerados críticos, seguidos dos apontamentos referentes à necessidade de intervenções para o cumprimento da legislação vigente.

Esse trabalho se fundamenta na atual legislação, em especial o Decreto 5.296/2004 e a NBR 9050/2004 e trata da prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade em relação às edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano,



incluindo elevadores, plataformas de elevação motorizadas e requisitos para segurança, dimensões e operação funcional. Estabelece ainda os critérios para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições, considerando a acessibilidade aos edifícios de uso público, ao espaço e utilização de mobiliário.

Sabe-se que a UFC tem realizado um esforço de adequar sua grande área física, contudo, as ações ainda se caracterizam como contingenciais. A antiga Superintendência de Obras e Planejamento (PLANOP), atual Coordenadoria de Obras e Projetos (COP), elaborou em 2002 o projeto Acesso UFC, com a intenção de incluir nas atividades dessa Coordenadoria estudos de acessibilidade para os edifícios da UFC. Contou com o envolvimento de alunos e servidores com deficiência e bolsistas indicados pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

Esse projeto tinha como objetivos principais a execução de levantamento do número de pessoas com deficiência na UFC, seus respectivos locais e condições de trabalho, e a elaboração de estudos para atendimento prioritário a este público-alvo. No segundo momento, foi realizado um levantamento da necessidade de intervenção em toda a área construída da UFC, restringindo-se à adequação de banheiros, construção de rampas e instalação de plataformas, com o objetivo de mensurar os custos necessários para eliminação de barreiras arquitetônicas na Instituição .

Entre os anos de 2002 e 2003, foram executados e orçados pela PLANOP (atual COP) 24 projetos de acessibilidade, com ênfase também na instalação de rampas e adequação de banheiros em prédios. Do total, 62% das intervenções deram-se no Benfica, área com maior número de pessoas com deficiência, 34% no Pici e 4% no Porangabuçu. Alguns destes projetos não foram efetivados por indisponibilidade orçamentária, porém, com recursos do Projeto UFC Inclui, em 2006 e 2007, foram executados nove deles. Além disso, por iniciativa de diretores dos centros e faculdades, várias adaptações foram executadas em passarelas de ligação de prédios, rampas de acesso aos edifícios, bem como intervenções em banheiros.

Registra-se, ainda, um processo movido pelo Núcleo de Tutela Coletiva da Procuradoria da República no Estado do Ceará, em 2005, que exigiu da UFC adoção de medidas de condições mínimas e básicas para o acesso e permanência de estudantes com deficiência em suas dependências. Desde então, intervenções foram feitas em todos os centros e faculdades, mas, em face da dimensão da UFC e da



limitação orçamentária, muitas das demandas não foram atendidas, conforme imperativo legal vigente.

5. CONCLUSÃO

A obrigatoriedade ao cumprimento do Decreto Nº 5.296/2004 e a conscientização da necessidade de se projetar para todos suscitam aos setores responsáveis pelas obras da Universidade a execução de projetos em observância à NBR 9050. Uma dificuldade percebida refere-se à dimensão da equipe que trabalha nos projetos e obras da Instituição, o que dificulta o andamento de ações de pequeno porte que poderiam ser realizadas pelos próprios diretores de centros e faculdades.

O atendimento às normas de acessibilidade passou a ser adotado quando da elaboração de projetos para novas edificações. Tem-se informação de que os recursos orçamentários da instituição, no entanto, são insuficientes para se promover a ampliação de sua base física, explicando o fato de se encontrar nos prédios novos a execução de itens de acessibilidade, como rampas e banheiros, mas as plataformas constantes nos projetos executivos fazem parte de uma outra licitação de compras, o que resulta no atraso da instalação das mesmas.

Estes são instrumentos contundentes relativos ao fato de que, mesmo tendo sido realizadas algumas ações, muito há de se fazer para que a Universidade atinja um nível satisfatório de acessibilidade em sua estrutura física.

REFERÊNCIAS NORMATIVAS E LEIS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050 – **Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, **que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**, e o art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.



BRASIL. Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, **que regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.**

CEARÁ. **Guia de Acessibilidade: Espaço Público e Edificações.** 1 ed./ Elaboração: Nadja G.S. Dutra Montenegro; Zilsa Maria Pinto Santiago e Valdemice Costa de Sousa. Fortaleza: SEINFRA-CE, 2009.

REFERÊNCIAS

LEITÃO, Vanda Magalhães. et al. **Políticas de Acessibilidade da UFC: Propostas.** Fortaleza: UFC, 2010.

GLAT, Rosana. **A Integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão.** Rio de Janeiro: Sete Letras, 1995.

GODOY, Hermínia P. **Inclusão de alunos portadores de deficiência no ensino regular paulista: recomendações internacionais e normas oficiais.** São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

LEITÃO, Vanda M. **Para além da Diferença e do Tempo. Ensaio Sócio-Histórico da educação dos Portadores de Necessidades Especiais no Ceará.** Uma Trajetória de Luta: da segregação a integração. (Dissertação – Mestrado em Educação Brasileira – UFC). Fortaleza, 1997.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas.** São Paulo; Cortez, 1996.

SANTIAGO, Zilsa Maria Pinto Santiago. **Acessibilidade física no ambiente construído: o caso das escolas municipais de ensino fundamental de Fortaleza - CE (1990 – 2003).** Dissertação de Mestrado – FAUUSP. São Paulo, 2005.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 5. ed. Rio de Janeiro: VWA, 1997. 176p.